



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023
PREGÃO ELETRONICO N.º 043/2023

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico n.º 043/2023, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 43.860.327/0001-46, estabelecido na Av. José Bonifácio, 2083 – Centro – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular o Sr. KESSLEY PARANHOS, brasileiro, solteiro, portador da RG n.º 12.392.963-2 SSP/PR e CPF n.º 100.699.959-07, residente e domiciliado na Avenida José Bonifácio, 2083 – centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid ade	Quantida de	Preço	Preço total
1	1	Pneus 165/70/13	XBRI	UN	30,00	175,00	5.250,00
2	1	Pneus 175/70/13	XBRI	UN	30,00	175,00	5.250,00
3	1	Pneus 165/70/14	XBRI	UN	40,00	190,00	7.600,00
4	1	Pneus 175/70/14	XBRI	UN	60,00	190,00	11.400,00
6	1	Pneus 225/75/16	XBRI	UN	40,00	369,00	14.760,00
14	1	Pneus - 9-17,5 12 lonas	BKT	UN	40,00	919,02	36.760,80
29	1	Pneus -195-55-16	ADERENZA	UN	20,00	216,00	4.320,00
31	1	Pneus 195/65/15	ADERENZA	UN	30,00	215,90	6.477,00
Total.....							91.817,80

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Do objeto: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de pneus novos, para atender a frota de veículos de todas as Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras – PR.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico n.º 043/2023, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 91.817,80 (noventa e um mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos) até término da ata de registro de preços. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Paragrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com

Paragrafo Segundo : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Paragrafo Terceiro: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Paragrafo Quarto: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 16 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	970	05.001.12.361.0004.2029	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1030	05.001.12.361.0004.2030	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1031	05.001.12.361.0004.2030	1043	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1140	05.001.12.361.0004.2033	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1240	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1440	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1660	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2610	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2920	06.002.10.304.0007.2063	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2961	06.002.10.305.0007.2064	49410	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2962	06.002.10.305.0007.2064	49412	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3160	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3170	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3200	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3310	07.001.15.452.0008.2071	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3320	07.001.15.452.0008.2071	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3330	07.001.15.452.0008.2071	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3340	07.001.15.452.0008.2071	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2023	3350	07.001.15.452.0008.2071	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3520	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3530	07.002.26.782.0009.2072	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3540	07.002.26.782.0009.2072	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3550	07.002.26.782.0009.2072	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3560	07.002.26.782.0009.2072	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3850	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3860	08.002.20.606.0010.2080	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3870	08.002.20.606.0010.2080	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3871	08.002.20.606.0010.2080	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3990	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4200	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4250	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4520	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4580	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4640	09.004.08.242.0012.2095	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4690	09.005.08.241.0012.2096	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: Da hipótese de rescisão

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

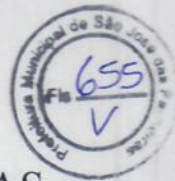
Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Da cessão

Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: Do local e prazo de entrega

Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

Parágrafo Primeiro: A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo **10 (dez) dias**, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras, logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

Parágrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nova - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

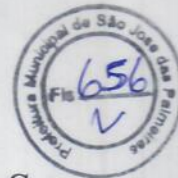
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira – Da fiscalização –

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sr. Douglas de Alencar Colombelli**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima Segunda - Do foro –

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 17 de novembro de 2023.

NELTON

BRUM:840502099

34

Assinado de forma digital por
NELTON BRUM:84050209934
Dados: 2023.11.17 11:49:19
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

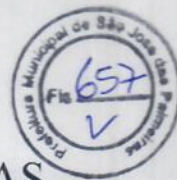
KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907

Contratado

Testemunhas:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE ATA

**DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de pneus novos, para atender a frota de veículos de todas as Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras – PR

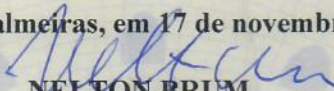
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

CONTRATADO: KESSLEY PARANHOS NEVES 10069995907

VALOR: R\$ 91.817,80 (noventa e um mil, oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos) até término da ata de registro de preços.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 16 de novembro de 2024.

São José das Palmeiras, em 17 de novembro de 2023.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

